

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVOS EM ARAXÁ (MG), 1816-1888

Déborah Oliveira Martins dos Reis*

Resumo

Este trabalho é baseado em inventários e nas listas nominativas (1831-32) e contempla a localidade de Araxá, na Província de Minas Gerais, entre 1816 e 1888. Examinamos alguns elementos demográficos (sexo, idade, origem) da população escrava e apresentamos alguns elementos básicos referentes à estrutura da posse de escravos em Araxá. A questão da reprodução natural escrava e do tráfico são consideradas. Antes, apresentamos a controvérsia acerca da economia e demografia da escravidão em Minas Gerais no século XIX, quando a economia da província era diversificada e amplamente voltada para mercados internos. Em especial, são apresentados estudos revisionistas. Araxá era parte importante dessa economia mineira.

Palavras-chave

Demografia escrava, Posse de escravos, Tráfico, Reprodução natural, Minas Gerais

Área de classificação da ANPEC

2 – História Econômica

Classificação do JEL

N36

Abstract

This work is based on inventories and manuscript censuses (1831-32) and cover the community of Araxá, in the province of Minas Gerais, between 1816 and 1888. We deal with demographic elements (sex, age, origin) of the slave population and present some of the basic elements concerning the slaveholding structure in Araxá. The question of slave natural reproduction and the slave trade are considered. Before, we show the controversy about the economic and demography of slavery in Minas Gerais in the nineteenth century, when the economy in the province was diversified and oriented largely toward domestic markets. In special, revisionist studies are presented. Araxá was an import part of this economy of Minas Gerais.

Key words

Slave demography, Slaveholding, Slave trade, Natural increase, Minas Gerais.

* Mestranda do programa de pós-graduação em História Econômica da FFLCH/USP. A autora agradece à FAPESP pelo apoio.

Introdução

Nos últimos anos, a historiografia econômica de Minas Gerais conheceu um expressivo conjunto de interpretações, especialmente a partir da década de 1980, quando o trabalho pioneiro de Roberto Borges Martins (*Growing in Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais – Brasil*) deu origem a um amplo e profícuo debate, em que os autores perceberam outras perspectivas para se abordar a economia mineira do Oitocentos.¹ Em comum, tais interpretações colocam-se criticamente em relação ao modelo apresentado pela “historiografia tradicional”, cuja característica essencial – com relação a Minas Gerais – é o entendimento da economia mineira, principalmente na primeira metade do século XIX, como decadente e estagnada.² A desagregação do sistema mineratório teria levado a uma profunda crise econômica, que ocasionou o escoamento de escravos ociosos para regiões mais dinâmicas e foi responsável pelo desenvolvimento, em todo o território mineiro, de um setor de subsistência.

É “consenso” que a economia mineira esteve basicamente ligada ao setor de subsistência no século XIX. A princípio, a diversificação da economia local foi resultado da demanda gerada pelos centros mineradores, no século XVIII. A decadência da mineração, na segunda metade do Setecentos, fez com que a agropecuária de subsistência se expandisse por toda a capitania/província mineira, tornando-se a principal atividade econômica desenvolvida. Mas a estagnação econômica e o escoamento de escravos desocupados deixados pela desorganização da mineração têm sido largamente questionados. Sugere-se que, embora o sistema escravista de Minas Gerais não fosse o mais dinâmico do país, ele não foi vítima de uma estagnação ou atrofia.

Na época do primeiro censo nacional em 1872, a província de Minas Gerais era a maior província escravista do Brasil, com 370.000 escravos. Essa população escrava, apesar de inicialmente trazida à região para trabalhar na mineração de ouro no século XVIII estava, ao fim do século XIX, envolvida em atividades econômicas nada comuns em economias com mão-de-obra escrava (PAIVA & KLEIN, 1992, p.130)

Assim, no século XIX a economia de subsistência mineira não teve dificuldades em manter e até aumentar seu contingente cativo. As controvérsias em torno desse modelo específico de economia escravista encontrada nas Minas Gerais é o que pretendemos expor na seção seguinte do nosso trabalho. Através de alguns estudos que se preocuparam com o tema, tentaremos mostrar (não de maneira exaustiva, mas sim de maneira sucinta em seus elementos principais) como evoluiu a questão e como ela tem sido vista por diversos estudiosos do passado mineiro, principalmente com relação ao grau de mercantilização e ligação dessa economia com o exterior, e a maneira pela qual a população escrava mineira cresceu durante a maior parte do século XIX – importação e/ou crescimento natural.

Em um segundo momento (seção 2) nosso interesse é, tão-somente, observar no que tange a alguns aspectos demográficos indicativos da presença do tráfico e/ou reprodução natural dos cativos, a localidade de Araxá³, situada na atual zona fisiográfica do Alto Paranaíba, região ainda praticamente inexplorada pela historiografia mineira que tem se avolumado nos últimos anos. Tendo a economia de Minas Gerais ao final da fase áurea da mineração se voltado predominantemente para atividades que atendessem às necessidades locais, a localidade mineira de Araxá é bastante representativa desse

¹ Integram o centro desse debate os estudos de Martins (1980, 1983 e 1994), Martins Filho e Martins (1983), Cano e Luna (1983), Dean (1983), Engerman e Genovese (1983), Slenes (1983 e 1988), Paiva e Klein (1992), Paiva e Libby (1995) e Libby (1988).

² Para esse trabalho entendemos, como autores tradicionais Furtado (1998), Prado Junior (1997 e 1996), Simonsen (1977), Zemella (1990), entre outros.

³ Nessa segunda seção apoiar-nos-emos em um conjunto de 374 inventários *post-mortem* assim divididos: 1816-1820(23 documentos), 1826-1829 (37), 1836-1839 (20), 1846-1848 (38), 1856-1858 (41), 1866-1868 (61), 1876-1878 (53), 1886-1888 (58) e 1896-1898 (66), que correspondem ao total de documentos para esses anos acondicionados na Fundação Cultural Calmon Barreto em Araxá. Serão utilizados também a lista nominativa de 1832 e o censo de 1873.

processo pelas condições em que se deu sua formação. Araxá se formou ao final do século XVIII com base na agropecuária e sua história nos remete de alguma maneira à formação e consolidação das atividades de subsistência que criaram raízes nas Minas Oitocentistas.

Em nosso trabalho utilizamos para Araxá a lista nominativa de habitantes de 1831-32 e um conjunto de inventários *post-mortem* locais. Para os inventários estabelecemos um corte temporal que privilegia os segundos lustros de cada década até 1888, ano do término do escravismo brasileiro. Foi selecionada a quantidade de inventários seguinte: 1816-1820 (23 documentos), 1826-1829 (37), 1836-1839 (20) e 1846-1848 (38), 1856-1858 (41), 1866-1868 (61), 1876-1878 (53), 1886-1888 (58), correspondente ao total de inventários existentes para a localidade nesses anos.⁴

1 – Araxá e a Capitania/Província de Minas Gerais

O estudo de Minas Gerais no fim do século XVIII e ao longo do século XIX tem sido objeto de extenso debate na historiografia, que desde a década de 1980 tem dispensado grande atenção a aspectos demográficos da escravidão mineira, assim como à estrutura da economia escravista da capitania/província.

A historiografia tradicional sugeriu que a economia de Minas Gerais, com a decadência da mineração, desdobrou-se num sistema pouco complexo, com baixíssima produtividade, voltado para a subsistência. Minas teria passado, então, por momento de grande estagnação e involução econômica. Esse processo de desagregação do sistema mineratório teria sido responsável por um acúmulo de escravos ociosos, largamente escoados para as regiões cafeeiras vizinhas.⁵ Esse retrato de Minas geais tem sido repensado ao longo das duas últimas décadas. A decadência econômica, a desarticulação da economia mineira, assim como o envio de escravos ociosos para regiões vizinhas e mais dinâmicas como Rio de Janeiro e São Paulo, foram largamente questionados.

Um dos trabalhos pioneiros nessa nova linha de pensamento foi a tese de doutoramento defendida em 1980 por Roberto Borges Martins (*Growing in Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais – Brasil*), na qual o autor tentou demonstrar que, apesar da decadência da atividade mineratória, Minas Gerais permaneceu importando escravos maciçamente. Em importante desdobramento desse trabalho, Roberto B. Martins e Amílcar Martins Filho reafirmaram que, durante o século XIX, a província mineira foi uma grande importadora de escravos, principalmente enquanto houve o tráfico internacional. A economia de subsistência mineira foi mantenedora do maior sistema escravista do Brasil, contrariando a idéia de que a escravidão estava ligada somente à *plantation*. A quantidade de escravos utilizados na mineração já era irrisória antes mesmo da cafeicultura assumir importância, e a maioria dos escravos nunca esteve em uma mina ou em um cafezal. Esses eram setores de pequena importância na economia mineira do período em questão. Em Minas Gerais existiam atividades diversificadas, ligadas a mercados locais e regionais, voltadas para a subsistência e para onde se destinaram os cativos importados. O apego de Minas à escravidão seria explicado, então, pela presença de grande extensão de terras livres, tornando possível a apropriação particular e conseqüente produção de forma independente, o chamado “fator Wakefield”.

No entanto faltava explicar como uma economia de subsistência, cujo grau de mercantilização era baixo, poderia manter sua mão-de-obra cativa e ainda importar mais escravos (Dean, 1993; Engerman & Genovese, 1983; Slenes, 1983 e 1988). Slenes acredita que os Martins subestimaram a

⁴ Os inventários encontram-se arquivados na Fundação Cultural Calmon Barreto, na referida localidade mineira, e foram consultados diretamente. Quando nos referimos a Araxá, estamos tratando também das localidades de São Pedro de Alcântara (atualmente Ibiá), Nossa Senhora da Conceição (Perdizes), Dolores de Santa Juliana (Santa Juliana) e Santo Antônio da Pratinha (Pratinha), pertencentes a Araxá durante todo o período considerado. Para a lista nominativa utilizamos um banco de dados elaborado por pesquisadores do CEDEPLAR/ UFMG; sendo os dados utilizados referentes ao distrito próprio de Araxá (1832) e a São Pedro de Alcântara (1831), únicos dentre os considerados com lista nominativa conhecida.

⁵ Ver, por exemplo, trabalhos citados na nota 2.

importância do setor exportador na província. Segundo o autor, Minas Gerais não era totalmente desvinculada do setor exportador, estando presentes atividades de extração de metais preciosos (diamantes) e produção de mercadorias voltadas para mercados externos (com razoável importância). Gado vacum e suíno, panos de algodão, toucinho, queijos e tabaco saíam de Minas Gerais para outras províncias. Essas atividades exportacionistas causavam impacto sobre o setor da economia voltado para o mercado interno, pois o alto custo de transporte do litoral foi responsável por preços elevados para produtos importados para Minas, havendo “substituição das importações”, ou seja, produção interna na província de bens demandados pelo setor voltado para o exterior. Processou-se então um efeito multiplicador (*à la* Keynes) na economia mineira. Slenes sugeriu ainda que o acesso a escravos africanos era possível através de “preços relativamente baixos”.

Luna e Cano levantaram hipótese alternativa à combinação de baixo grau de mercantilização e importações maciças de escravos. A principal proposição dos autores é que, com a desagregação da mineração e conseqüente expansão da economia de subsistência, tenha ocorrido um aumento da quantidade de escravos libertos e a escravidão tenha se tornado mais branda, com a redução da taxa de exploração e o “relaxamento dos costumes”. Conseqüentemente, eram maiores as taxas de sobrevivência e, mais que isso, essas mudanças permitiram o crescimento natural positivo da população cativa. (cf. Luna & Cano, 1983)

Já na década de 1990, surgiram alguns estudos de caráter empírico, que puderam avariar a ocorrência de crescimento vegetativo de escravos em Minas Gerais. Clotilde Paiva e Hebert Klein (1992) contemplaram essa possibilidade. Através de estudo regional, privilegiando a região de Campanha, apontam a possibilidade um crescimento natural positivo de cativos que leva a crer que o fato de Minas ter sido essencialmente um importador líquido de escravos não é de todo coerente. Importação e crescimento natural não são, necessariamente, mutuamente exclusivos:

[...] a província manteve sua população escrava por todo o século XIX, não só por meio de uma economia regional dinâmica, voltada para o mercado nacional, mas também porque dispunha de população escrava que crescia e se reproduzia naturalmente. (PAIVA & KLEIN, 1992, p.148)

Clotilde Paiva e Douglas Libby (1995) chegaram a resultados semelhantes, quando estudaram – através das listas nominativas de habitantes de 1831-32 e de matrículas de escravos para emancipação de 1873 –, os padrões demográficos das áreas de Paracutu e Oeste Mineiro, com o mérito de observarem o período anterior e posterior ao fim do tráfico africano. Os autores verificaram através de levantamentos de razões de sexo, estutura etária, razões criança/mulher, a presença de alguns padrões de reprodução positiva nos dois momentos, ou seja, mesmo em face dos efeitos “adversos” do tráfico atlântico de cativos.⁶ No entanto, os autores apontam para a coexistência de duas formas de composição do plantel escravo, importação e crescimento natural.

A possibilidade de crescimento natural da população cativa é encontrada também no livro “*Slavery and the demography and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*” de Laird Bergad (1999), que retomou alguns pontos da discussão. Para o autor após o *boom* mineratório a escravaria mineira começou a se reproduzir naturalmente, e essa se tornou uma importante característica da escravidão de Minas até a abolição. Durante o XIX a economia mineira estaria se tornando mais diversificada ao mesmo tempo em que era marcada por claras diferenças regionais na organização econômica e populacional.

⁶ “Argumentou-se que a natureza da economia mineira, especialmente devido a sua orientação para o mercado interno, favorecia o crescimento reprodutivo natural em contraste com as economias de sistemas escravistas dependentes da agroexportação. Os dados levantados revelaram tanto similaridades quanto diferenças importantes na estrutura das populações escravas durante as décadas de 1830 e 1870. Os achados sugerem que certos aspectos dos padrões de reprodução positiva da operantes na década de 1870 estavam presentes, pelo menos de forma incipiente, na década de 1830. [...] Portanto, de acordo com nossos pressupostos, a fecundidade das mulheres permaneceu relativamente constante ao longo do século” (PAIVA & LIBBY, 1994, p. 227)

Douglas Cole Libby (1988), a sua vez, verificou que as atividades de transformação existentes na província foram importantes “setores dinâmicos” pois eram responsáveis pela produção interna de produtos diversificados de alto custo de importação. A manutenção da estrutura escravista, durante e após a decadência da mineração, deveu-se fundamentalmente ao crescimento do setor de subsistência, centro de um expressivo mercado interno, que passou a empregar cada vez mais mão-de-obra. Para Libby, não se pode precisar facilmente o grau de mercantilização dos excedentes gerados pela agricultura de subsistência; mas a comercialização de parte da produção tornou possível a manutenção de uma elevada quantidade de escravos em certas regiões de Minas Gerais. De fato, a agropecuária, as atividades de exportação (mineração, cafeicultura) e as atividades de transformação (a exemplo da têxtil) evidenciaram a diversificação da economia de Minas no século XIX, não se tratando de uma economia estagnada, mas sim de uma “economia de acomodação” às crises geradas pela decadência mineratória.

Clotilde Paiva, em tese de 1996, reafirmou a diversificação e o dinamismo da economia mineira. A presença de uma base produtiva complexa estaria refletindo a reestruturação dessa economia e não uma desorganização ou retrocesso. O centro dinâmico do século XIX mineiro era dado pelo setor “exportador”, com uma economia de substância mercantilizada não predominante nas Minas Gerais, embora bastante disseminada. “A dinamicidade manifesta-se também no crescimento populacional, na grande presença de escravos, na pujança das atividades mercantis e nos expressivos vínculos com mercados externos.”(Paiva, 1996, p.164). A autora ressaltou ainda a importância dos estudos regionais para o entendimento de Minas Gerais no século XIX.

Após esses anos de intenso e profícuo debate, acreditamos que se tem caminhado para o entendimento do crescimento do plantel mineiro ao longo do século XIX - um dos desdobramentos do debate - como uma combinação entre a importação maçica de cativos e a possibilidade de reprodução natural dessa escravaria. De modo geral, pode-se dizer que o crescimento da escravaria mineira no Oitocentos esteve ligado à dinâmica econômica. Em algumas regiões existia presença marcante do tráfico, enquanto que em outras regiões, a possibilidade de crescimento vegetativo mostrava-se mais pronunciada.

Na localidade de Araxá, alvo principal do nosso estudo, as razões de sexo apresentaram-se bastante favoráveis aos cativos homens, mesmo em pequenos e médios plantéis; enquanto também se observa um percentual de africanos considerável entre os escravos, estando esses, em sua maioria, em idade produtiva - o que entendemos aqui como a faixa etária dos 15 aos 44 anos -, como veremos adiante. Notamos, então, uma importante influência do tráfico em Araxá, na medida em que este se caracterizava principalmente pelo comércio de homens em idade produtiva. Porém, nos parece mais interessante não a constatação da presença do tráfico em si, mas os indicadores a ele relacionados, que parecem aproximar-se de certa forma às regras de formação de grandes plantéis, em que as atividades econômicas, ligadas ao comércio “exportador” (mesmo que intra ou interregionalmente) condicionaram a predominância masculina.

A Araxá do século XIX, assim como tantas outras localidades mineiras, teve sua atividade econômica alicerçada na agropecuária de subsistência, sendo poucos os plantéis de maior vulto encontrados na localidade. Situada na região do atual Alto Paranaíba, Araxá surgiu pertencendo à Goiás, passando aos domínios de Minas Gerais em 1816. Desde o início de seu povoamento, no final do século XVIII, a localidade esteve ligada a atividades agropastoris, principalmente a pecuária, que se firmou ao longo do século XIX como principal atividade econômica e foi seguida por atividades como a agricultura de subsistência.

A agricultura era responsável pela produção dos meios necessários ao sustento e consumo dos proprietários dos sítios, roças e fazendas onde era praticada e tinha seus excedentes comercializados localmente. Produzia-se de forma artesanal açúcar, rapadura e aguardente. Ademais, havia a produção têxtil artesanal seguindo técnicas tradicionais nos teares domésticos, sendo fabricados na região tecidos de lã grosseiros suficientes para atender a demanda local e para se exportar um pouco. Por sua vez, o comércio era levado a cabo por mascates e tropeiros que, provenientes de centros maiores, cruzavam a região, comprando gado e derivados nas fazendas e vendendo a estas alguns artigos que

não produziam até que foram surgindo as vendas e alguns mascates acabaram por se fixarem na localidade. (cf. *O trem da História* – vários números)

Alguns autores fizeram referências à economia local. Saint-Adolphe fez notar, em 1845, que os moradores de Araxá:

[...] se ocupam da criação de gado, do fabrico de panos d'algodão, e de queijos que exportam para as vilas comerciantes da província de Minas Gerais, onde fazem provimento de ferro, panos e outros objetos de que necessitam. (SAINT-ADOLPHE, 1845, p.79)

E o viajante Saint-Hilaire, que esteve em Araxá em 1819, escreveu:

Os habitantes de Araxá ainda não tinham pensado (1819) em fazer eles próprios o comércio de gado, quase único gênero de exportação que sua zona fornece. São os marchantes da comarca de S. João d'El Rei que usufruem exclusivamente os benefícios deste comércio. Vão às fazendas, compram gado e, na época da minha viagem, pagavam os bois a 8.800 réis. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.225)

Várias décadas após a viagem do naturalista francês, José Joaquim Silva, em seu *Tratado de Geographia Descriptiva da Província de Minas Gerais*, de 1878, igualmente fez referência à exportação araxaense de animais, e identificava também a exportação de fumo e de tecidos:

[...] A sua maior exportação é a de gados e porcos para cuja criação seus campos são excelentes. Exporta também muito excelente fumo ali fabricado e que é conhecido no mercado com o nome de fumo do Araxá, muito apreciado pelos amadores dos bons cigarros. Fabricam-se em Araxá excelentes tecidos de algodão e lã, que também fazem parte de sua exportação. (SILVA, 1997, p.113)

Enfim, a seção seguinte, na qual pretendemos analisar aspectos demográficos dos escravos “araxaenses” utilizando inventários e a lista nominativa, remete-nos justamente àquelas características da economia mineira apresentadas anteriormente, pois a aludida povoação araxaense, formada no período de decadência da mineração, estava, antes dos mais, dedicada a suprir as necessidades locais e compondo, à sua maneira, o vasto “mosaico mineiro”.

2 – Demografia escrava: tráfico e crescimento vegetativo

A Tabela 1 traz algumas características dos cativos araxaenses: as razões de sexo de acordo com a origem, dividida entre brasileiros e africanos, para facilitar nossa análise.⁷ Os valores são apresentados de acordo com a lista nominativa de 1831-1832 e nossa amostra de inventários. Como primeira constatação verificamos que a razão de sexo dos escravos “araxaenses” permaneceu durante as décadas estudadas bastante favorável aos homens, porém, declinante. Para o agregado dos cativos inventariados e para os quais pudemos verificar a origem, a razão de sexos caiu de 174,3 em 1816-1820 para 115,4 em 1846-1848. A população escrava constante na lista nominativa apresentou razão de sexo igual 132,3. Na segunda metade do século, quando o fim do tráfico internacional representou

⁷ Em geral a cor (cabra, pardo, mulato, crioulo) designava a nacionalidade brasileira. Apesar de Paiva e Libby apontarem que “É bem provável que ‘preto’ constituísse uma denominação mineira para o escravo africano em oposição ao escravo crioulo” (Paiva & Libby, 1995, p.218), não foi possível confirmarmos a origem africana desses escravos “pretos” nos inventários araxaenses, assim, optamos por não incluí-los entre os escravos para os quais identificamos a origem. O mesmo procedimento foi adotado para a lista nominativa, o que ocasionalmente pode ter viesado os resultados apresentados.

“um divisor de águas” para o escravismo brasileiro, a razão foi calculada em 125,2 em 1856-1858 e 110,3 duas décadas depois.

Tabela 1
Razão de sexo dos escravos de acordo com a origem

	Africanos	Brasileiros	Total 1*	Total 2**
1816-1820	175	173,7	174,3	154,8
1826-1829	237,5	105,4	134,7	141,3
1836-1839	337,5	93,9	141,5	127,9
1846-1848	333,3	82,3	115,4	107,7
1856-1858	227,6	98,2	125,2	126,2
1866-1868	338,9	116,6	138	135,5
1876-1878	275	100	110,3	111,4
1886-1888	150	110,5	111,9	106,8
1831-1832	210,2	103,5	132,3	149,2

* total de escravos com origem identificada

** total de escravos arrolados

Se consideramos apenas os escravos africanos, essa razão de sexo foi bem mais acentuada, ainda que, digamos, tenha apresentado comportamento errático ao longo do tempo: a menor proporção calculada foi igual a 175 em 1816-1820, elevando-se a um mínimo de 237,5 (1826-29) nos períodos seguintes. A razão reduzida, 150, encontrada para 1886-88 deve ser sopesada, pois para o referido período temos alguns poucos escravos arrolados remanescentes do tráfico atlântico. Entre os brasileiros, a razão de sexo mostrou-se mais equilibrada ao longo do tempo relativamente a dos africanos. No entanto, o declínio da fração de brasileiros apresentou-se bem mais acentuada, chegando a ser favorável às mulheres em alguns anos, como 1836-1839 (93,9) e 1846-1848 (82,3), ou apresentando um relativo equilíbrio entre os sexos, como em 1856-1858 (98,2) e 1886-1888 (100).

Precisamos, porém, fazer uma ressalva quanto aos valores acima apresentados. As razões de sexo mencionadas foram calculadas com base nos escravos para os quais pudemos identificar a origem. Porém, à exceção de 1826-29, e em menor proporção 1856-58 e 1876-78, essa característica tendeu a ser mais omitida nos documentos no caso das mulheres significando um viés em favor dos homens. Foi possível identificar o sexo para todos os escravos arrolados e as razões de masculinidade calculadas a partir desses cativos (Total 2 da Tabela 1) são, em regra, inferiores àquelas calculadas apenas para as pessoas com origem identificada.

A Tabela 2 mostra a distribuição da origem de escravos homens e mulheres. Analisando a composição da escravaria segundo a origem ao longo do tempo, verificamos, no caso dos homens, número de escravos brasileiros sempre superior ao de africanos. Entre 1816-20 e 1846-48, o percentual de escravos vindos da África variou entre 38,1% e 46,6%, sendo bastante significativo apesar de minoritário. A partir daí, como era esperado, a proporção de não-brasileiros reduziu-se progressivamente quanto mais os anos considerados afastavam-se de 1850, chegando a um mínimo de 4,5% de cativos africanos a compor os plantéis araxaenses em 1886-1888. As mulheres também eram majoritariamente brasileiras em todos os anos estudados, mas apenas em 1816-1820 as africanas chegaram a representar um percentual elevado, 45,7%.

Tabela 2
Origem dos escravos de acordo com o sexo

Anos	Homens		Total	Mulheres		Total	Geral		Total
	Africanos	Brasileiros		Africanas	Brasileiras		Africanos	Brasileiros	
1816-1820	45,9	54,1	100	45,7	54,3	100	45,8	54,2	100
1826-1829	39,2	60,8	100	22,2	77,8	100	32	68	100
1836-1839	46,6	53,4	100	19,5	80,5	100	35,4	64,6	100
1846-1848	38,1	61,9	100	13,2	86,8	100	26,5	73,5	100
1856-1858	38,6	61,4	100	20,9	79,1	100	30,6	69,4	100
1866-1868	23,8	76,2	100	9,7	90,3	100	17,9	82,1	100
1876-1878	14,7	85,3	100	5,9	94,1	100	10,5	89,5	100
1886-1888	4,5	95,5	100	3,3	96,7	100	3,9	96,1	100
1831-1832	42,9	57,1	100	27	73	100	36,1	63,9	100

Visto ser a razão de sexo dos cativos não brasileiros sempre bastante favorável aos homens em todos os anos analisados - o que não surpreende, uma vez que tal constatação corrobora a característica assumida pelo tráfico, em que os maiores contingentes cativos importados eram do sexo masculino, teoricamente mais resistentes e mais aptos ao trabalho -, têm-se um importante percentual de africanos, desconsiderado o sexo dos escravos.

A presença significativa de africanos no total da população escrava de Minas Gerais foi notada por Libby e Paiva (1995) com base nas listas nominativas de 1831-32:

Tal presença não surpreende, uma vez que a década anterior testemunhou os maiores desembarques na história do tráfico negreiro para o centro sul do Brasil (a melhor estimativa é de que o número de escravos importados era de 296.000, volume este ultrapassado, e mesmo assim por pouco, apenas na famigerada década de 1840). Embora pouco se saiba sobre a distribuição de escravos após o desembarque no Rio e os portos circunvizinhos, não há dúvida de que Minas Gerais constituía um dos mais importantes mercados para os recém chegados africanos. No entanto estes cativos africanos não foram distribuídos uniformemente pelas regiões mineiras; em algumas localidades o elemento africano mal representava 25% da população escrava, enquanto em outras os africanos eram mais de 55% do total de cativos. (PAIVA & LIBBY, 1995, p.217)

Em Araxá, se consideramos o total de escravos, sem distinção de sexo, as listas nominativas de 1831-32 apontam 36,1% dos cativos como de origem africana.⁸ Nos inventários, para a primeira metade do século XIX, verificamos em 1826-1829 e 1836-1839 proporção de escravos de origem africana relativamente próxima a encontrada na lista de 1831-32, 32% e 35,4%, respectivamente. Esse percentual foi declinante nos períodos seguintes, chegando a 26,5% em 1846-48 e 30,6% em 1856-58, não deixando porém, de ser ainda um percentual representativo. Assim, supomos que em Araxá o tráfico internacional tenha exercido uma influência significativa, ainda que esta não tenha sido constante, não tendo acompanhado o crescimento da entrada de africanos no Brasil ocorrida na primeira metade dos século XIX.⁹ Já nos períodos seguintes, o percentual de cativos não-brasileiros não chegou a 20%.

De fato, parece-nos bastante clara a relação existente entre a razão de sexo dos cativos nos distintos anos e a composição dessa escravaria segundo a origem: na medida em que declina a

⁸ Para o cálculo do percentual de africanos Clotilde Paiva e Douglas Libby consideraram os escravos “pretos” como pertencentes a esse grupo. Se tal procedimento fosse adotado para a lista nominativa araxaense os africanos responderiam por 46,5% da população cativa local, sendo 54,6% o percentual para os homens e 34,5% para as mulheres.

⁹ Para um acompanhamento de estimativas de africanos desembarcados no Brasil, ver Klein (1987).

participação do elemento africano, majoritariamente masculino, as razões de sexo tendem a diminuir.

Além das características atinentes ao sexo e a origem, parece-nos significativo verificar a idade dos escravos. A Tabela 3 mostra a composição da escravaria segundo faixas etárias em cada um dos períodos para cativos africanos e brasileiros. Com o intuito de minimizar problemas com número de elementos da amostra, dividimos a escravaria em 3 faixas etárias principais.

Tabela 3
Distribuição dos escravos de acordo com a origem, faixas etárias e sexo

AFRICANOS									
Faixa Etária	1816-1820			1826-1828			1836-1838		
	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)
0 a 14	-	-	-	4,3	6,5	10,8	4,5	1,5	6
15 a 44	60	28	88	52,2	19,6	71,8	63,6	13,6	77,2
45 acima	8	4	12	8,7	8,7	17,4	10,6	6,1	16,7
Total	68	32	100	65,2	34,8	100	78,4	21,2	100
Faixa Etária	1846-1848			1856-1858			1866-1868		
	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)
0 a 14	-	2,1	2,1	-	-	-	-	1,3	1,3
15 a 44	58,3	20,8	79,1	32,2	21,1	53,3	36,8	11,8	48,6
45 acima	16,7	2,1	18,8	36,7	10	46,7	40,8	9,2	50
Total	75	25	100	68,9	31,1	100	77,6	22,3	100
Faixa Etária	1876-1888			1886-1888			1831-1832		
	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)
0 a 14	-	-	-	-	-	-	8,3	4,5	12,8
15 a 44	-	-	-	-	-	-	52,1	26,7	78,8
45 acima	78,6	21,4	100	50	50	100	7,3	1	8,3
Total	78,6	21,4	100	50	50	100	67,8	32,2	100
BRASILEIROS									
Faixa Etária	1816-1820			1826-1829			1836-1839		
	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)
0 a 14	28,3	19,6	47,9	22,7	23,9	46,6	23,5	24,4	47,9
15 a 44	28,3	19,6	47,9	20,5	29,5	50	19,3	24,4	43,7
45 acima	2,2	2,2	4,4	2,3	1,1	3,4	3,4	5	8,4
Total	58,8	41,4	100	45,5	54,5	100	46,2	53,8	100
Faixa Etária	1846-1848			1856-1858			1866-1868		
	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)
0 a 14	21,5	32,6	54,1	26,6	22,2	48,8	25,5	20,1	45,6
15 a 44	20,8	20,1	40,9	17,9	21,7	39,6	23,2	23,2	46,4
45 acima	2,8	2,1	4,9	5,3	6,3	11,6	4,9	3,2	8,1
Total	45,1	54,8	100	49,8	50,2	100	53,6	46,4	100
Faixa Etária	1876-1878			1886-1888			1831-1832		
	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)	Hom (%)	Mul (%)	Total (%)
0 a 14	11,7	10,8	22,5	-	-	-	26,4	23,2	49,6
15 a 44	35	34,2	69,2	48,3	42,3	90,6	21,3	22,7	44
45 acima	3,3	5	8,3	3,4	6	9,4	3,1	3,3	6,4
Total	50	50	100	51,7	48,3	100	50,8	49,2	100

Percebemos a quase ausência de escravos africanos de até 14 anos nos inventários: o escravinho africano mais novo encontrado em nossa amostra foi Francisco Benguela de 10 anos de idade, descrito entre os bens de Maria Jacinta de Jesus (07/1827). Notamos, ainda, uma maior

presença de africanos na faixa etária na qual os escravos são considerados bastante produtivos (15 a 44 anos) até 1846-1848. Em 1836-39, por exemplo, a parcela de escravos do sexo masculino na faixa de 14 a 45 anos (63,6% do total de cativos) superou a soma de todas as demais faixas, de homens e mulheres; algo bastante considerável mesmo tendo em conta ser essa faixa maior que as demais. A partir de 1856-1858 a faixa que inclui cativos de 15 a 44 anos de idade perdeu participação para a faixa etária posterior, certamente em decorrência da Lei Eusébio de Queiroz.

As distribuições etárias para os escravos brasileiros mostraram um comportamento distinto. Ao longo de todo o período analisado, a distribuição etária apresentou grande presença de escravos de até 14 anos. O percentual de crianças/jovens (0-14 anos) mostrou-se bastante elevado em todos os períodos anteriores à Lei do Ventre Livre (1871) – que libertou as crianças nascidas de mães escravas –, variando entre 45,6% (1866-67) e 54,1% (1846-49). Vale notarmos, também, que o percentual de cativos nessa faixa etária apresentou-se semelhante em 1831-32 (lista nominativa): percentual de 26,4% para os homens e 23,2% para as mulheres, somando juntos 49,6% do total da população cativa araxaense. A considerável presença de escravos de pouca idade parece apontar para uma reprodução natural da escravaria araxaense que, em conjunto com a importação, estaria determinando ao menos a manutenção da escravaria local.

Embora não seja possível verificar o grau de parentesco entre os escravos e tampouco a origem dos pais (se as crianças nasceram de uniões entre escravos brasileiros, africanos, ou brasileiros e africanos), a razão entre o número de crianças (0-4 ou 0-9 anos) e o número de mulheres em idade reprodutiva (15-44 ou 15-49 anos) tem sido amplamente utilizada na historiografia como indicador aproximado para se verificar o possível nível reprodutivo de uma determinada população e se refer ao número de crianças para cada 1000 mulheres.¹⁰ Desta forma, calculamos tal razão com base nos dados de nossa amostra de inventários e a lista nominativa, obtendo a Tabela 4.¹¹

Tabela 4
Razão criança/mulher

	Razão 0-4/15-44	Razão 0-4/15-49	Razão 0-9/15-44	Razão 0-9/15-49
1816-1820	353	353	941	941
1826-1829	500	486	944	919
1836-1839	939	920	1184	1160
1846-1848	1000	978	1545	1511
1856-1858	615	571	1215	1129
1866-1868	546	505	1155	1067
1876-1878	-	-	239	224
1831-1832	423	413	810	792

É visível o incremento da razão ao longo do tempo, coincidindo, portanto, com a redução do percentual de cativos africanos. Em 1836-1839, a razão mostrou-se bastante próxima ao calculado para Minas Gerais por Bergad (com base em inventários) na década 1820-1829: 1230 para 0-9/15-44 e 1147 para 0-9/15-49. Os valores obtidos com base em nossos inventários para este mesmo período 1836-39 (1160 para 0-9/15-49) são, por outro lado, bastante superiores aos valores calculados para São Paulo em 1829 por Luna e Klein – 560 para 0-10/15-49 (*Apud* Bergad, 1999, p.144). Convém lembrar que a essa época crescia a cultura de café e a importação de escravos em São Paulo, o que de fato prejudicaria a reprodução pois têm-se verificado que possibilidade de crescimento natural dos cativos estava “[...] condicionada à relativa estabilidade da população cativa, sem ingresso quantitativamente

¹⁰ A esse respeito ver por exemplo, Paiva e Klein (1992), Paiva e Libby (1995), Bergad (1994 e 1999), Marcondes e Garavazo (2002), Luna (1992).

¹¹ O período 1886-1888 foi excluído da Tabela por não haver crianças escravas (até 9 anos) a esse tempo.

importante de novos escravos. A entrada maciça de homens adultos alterava o equilíbrio populacional existente.” (LUNA, 1992, p.449)

Resta-nos verificar como essas “qualidades” até agora observadas, em especial o gênero, refletiam os vários tamanhos de posse de escravos. A análise do perfil da distribuição da propriedade cativa é o primeiro passo. A Tabela 5 mostra como esses escravos estavam distribuídos entre os proprietários com diferentes tamanhos de plantel de acordo com a lista nominativa de 1831-32 e os inventários *post-mortem* de todo o Oitocentos. A Tabela 6 apresenta algumas estatísticas relativas à posse de cativos.

Ao verificarmos o peso dos segmentos de plantéis pequenos (considerados aqueles plantéis com a 1 a 5 cativos), médios (6 a 10), grandes (11 a 20) e muito grandes (acima de 20), percebemos o predomínio, na Araxá de 1831-32, de um escravismo de pequenos e médios proprietários, com o censo apontando 70,2% dos domicílios com até 5 cativos e outros 17,5% de fogos detendo entre 6 e 10 escravos. O número médio de escravos calculado para os proprietários foi igual a 5,2 e o número de escravos mais freqüentemente encontrado, a moda, foi 1. Em contrapartida, do total de cativos existentes na localidade, 30,8% estavam em domicílios com até 5 cativos, e outros 25,5% em plantéis de 6 a 10 escravos, enquanto 43,7% dos fogos correspondentes aos plantéis com 11 ou mais escravos detinham 33,9% dos cativos da então vila. O índice de Gini foi calculado em 0,528. Os dados levantados apontam, então, para uma ampla predominância de proprietários de pequenos e médios plantéis que detinham uma parcela menor, porém significativa do total da escravaria araxaense.

Tabela 5
Distribuição de escravos e proprietários de acordo com faixas de tamanho de plantel

FTP	1816-1820		1826-1829		1836-1838		1846-1848	
	Prop (%)	Escl (%)						
1 a 5	68,4	29,9	66,7	32,1	50	8,4	55,2	22,9
6 a 10	21,1	26,2	16,7	19,2	15	9,7	27,6	27,4
11 a 20	5,3	13,1	10	21,8	15	18,6	6,9	12,1
Acima de 20	5,3	30,8	6,7	26,9	20	63,3	10,3	37,7
Nº Prop	19		30		20		29	
Nº Escl	107		193		237		223	

FTP	1856-1858		1866-1868		1876-1878		1886-1888	
	Prop (%)	Escl (%)						
1 a 5	50	15,4	43,8	12,1	69,4	40,1	77,4	31,1
6 a 10	19,4	16,3	31,3	24,6	25	43,1	12,9	19,2
11 a 20	19,4	31,5	10,4	14,6	5,6	16,8	3,2	8,6
Acima de 20	11,1	36,8	14,6	48,6	-	-	6,5	41,1
Nº Prop	36		48		167		151	
Nº Escl	337		471		36		31	

FTP	1831-1832	
	Prop (%)	Escl (%)
1 a 5	70,2	30,8
6 a 10	17,5	25,5
11 a 20	9,1	22,8
Acima de 20	3,2	20,9
Nº Prop	252	
Nº Escl	1316	

Tabela 6
Estatísticas da posse de escravos

Estatísticas	1816-1820		1826-1829		1836-1839	
	Total Inv	Prop	Total Inv	Prop	Total Inv	Prop
Média	4,7	5,6	5,2	6,4	11,9	11,9
Moda	2	2	0	2	1	1
Mediana	2	3	3	4	5	5
Desvio padrão	7,1	7,4	6,6	6,7	17,6	17,6
Gini	0,603	0,519	0,590	0,494	0,613	0,613
Estatísticas	1846-1848		1856-1858		1866-1868	
	Total Inv	Prop	Total Inv	Prop	Total Inv	Prop
Média	5,9	7,7	8,2	9,4	7,7	9,8
Moda	0	4	3	3	0	1
Mediana	4	5	4	5,5	4	6
Desvio padrão	7,8	8,1	9,2	9,3	10,5	10,9
Gini	0,595	0,470	0,556	0,495	0,622	0,519
Estatísticas	1876-1878		1886-1888		1831-1832	
	Total Inv	Prop	Total Inv	Prop	Total Fog	Prop
Média	3,2	4,6	2,6	4,9	2	5,2
Moda	0	3	0	1	0	1
Mediana	2	3	1	2	0	3
Desvio padrão	3,6	3,5	6	7,5	5	7
Gini	0,590	0,396	0,790	0,531	0,823	0,528

O padrão de distribuição da posse de cativos encontrada nos inventários é semelhante àquela observada na lista nominativa. Vemos em Araxá a presença majoritária de pequenos plantéis (até 5 cativos) para a totalidade dos períodos observados. No entanto, a distribuição mostra uma mudança significativa durante as décadas. Passou-se, segundo os dados apresentados, de 68,4% de plantéis de até 5 escravos nos anos 1816-1820 para cerca de 50% entre 1836-39 e 1856-58. Talvez seja razoável pensarmos que, com o passar do tempo, houve consolidação da economia escravista local, levando a um incremento da presença de plantéis de maior vulto em detrimento dos pequenos plantéis. Em 1846-48, por exemplo, é marcante a presença de proprietários com escravarias de tamanho médio (6 a 10 escravos), 27,6%. No entanto, nas décadas finais da escravidão basicamente plantéis de até 10 escravos foram encontrados; nos anos 1886-88 mais de 90% dos plantéis arrolados estavam nessa situação. Mas devemos ser cautelosos em nossas observações, dada a fonte utilizada.

Por sua vez, os cativos inventariados estavam em grande proporção vivendo em pequenos e médios plantéis. Na primeira metade do século, à exceção de 1836-39 – em que 63,3% dos escravos estavam em plantéis considerados muito grandes, possivelmente devido ao fato de um único inventário trazer entre os bens descritos 78 escravos (Inventário de José J. Ribeiro e Francisca B. de Assis de 11/1837), representando 33,3% do total dos cativos arrolados nesses anos – não menos de 50% dos cativos estavam em pequenas e médias posses consideradas conjuntamente. Em 1856-58 e 1866-68 esse percentual foi menor, não deixando de ser considerável: 31,7% e 36,7%, respectivamente.

Algumas estatísticas de posição, de concentração e de dispersão podem ser utilizadas para evidenciar os resultados apontados. O número de escravos encontrado com maior frequência, a moda; o número médio de escravos do total de inventariados e dos proprietários de cativos; a mediana, observação central da amostra quando os valores desta encontram-se ordenados; o índice de Gini, que mede a concentração da escravaria; e o desvio-padrão são mostrados na Tabela 6. O número médio de escravos calculado para os proprietários de cativos apresentou-se, em geral, acima da mediana e da moda, mostrando que poucos proprietários possuíam muitos escravos, mantendo elevada a média encontrada com relação às outras estatísticas de posição.

As menores médias de escravos por proprietário ocorreram nos extremos do lapso de tempo estudado: em 1816-1820, quando ainda era incipiente a economia local, a média foi calculada em 5,6; nos dois últimos períodos sob a vigência do regime escravista as médias encontradas foram respectivamente 4,6 e 4,9. A maior média foi encontrada em 1836-1839 (11,9). A mediana predominante oscilou bastante, situando-se entre 2 (1816-20 e 1886-88) e 6 (1866-1868). Quanto à moda, os valores situaram-se entre 2 e 4, considerando apenas os proprietários. Se observamos o desvio-padrão, verificamos sua manutenção, em especial para o total de inventariados, sempre acima da média, indicando que o tamanho dos diversos plantéis não estava concentrado em torno da média.

O índice de Gini considerado para o total dos inventários mostrou-se, até 1846-1848, digamos, estabilizado em torno de 0,60, patamar elevado, evidenciando uma certa rigidez da concentração de cativos entre o total dos inventariados. No subperíodo seguinte (1856-8) o índice calculado reduziu-se a 0,556, e em 1866-8 atingiu o seu valor mais elevado, 0,622. Em 1886-88 era reduzido o percentual de escravistas entre os inventariados, fazendo a posse ser mais concentrada (Gini igual a 0,790). Oscilação semelhante foi verificada para o índice de Gini calculado apenas para os escravistas, tendo este se mantido abaixo do verificado para o total dos inventariados, à exceção de 1836-39, quando todos os 20 inventariados do subperíodo possuíam escravos, configurando um problema na amostra, pois é evidente que essa característica não pode se estender à população.

As constatações feitas estão próximas às verificadas para várias regiões por diferentes autores. A estrutura da posse de escravos em Araxá era em grande medida semelhante, no que respeita à grande predominância de pequenos e médios plantéis, que por outro lado, detinham uma parcela minoritária, mas importante, do total da escravaria local, à distribuição encontrada em outras localidades. Os estudos empíricos sobre o tema têm apontado para uma predominância numérica de proprietários de pequenos plantéis entre o total de senhores e para uma posse difundida para além da *plantation*, em economias regionais voltadas para a produção de subsistência, como ocorre em Araxá. Vale notarmos apenas que em áreas de subsistência esta distribuição caracterizava-se por uma uniformidade maior que a encontrada em áreas em que se desenvolveram atividades mais diretamente ligadas ao mercado, onde é sabida a existência de plantéis de maior vulto. Assim, em Araxá em de 1831-1832, por exemplo, 3,2% dos senhores possuíam mais de 20 cativos. Em Itu, ligada à produção de açúcar, já no ano de 1804 este percentual era quase 5 vezes maior do que em Araxá (Luna e Costa, 1983, p.216).

Enfim se, como sabido, panos de fundo socioeconômicos distintos podem dar suporte a populações cujas estruturas demográficas apresentam perfis estatísticos em boa medida semelhantes, este é o caso do padrão de distribuição da propriedade escrava no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Nesse padrão figuravam, de forma inequívoca, vale a pena repisar, como escravista majoritário, o que possuía poucos cativos, e, como escravo típico, o que vivia fora do ambiente característico da *plantation*. Estes os traços delineadores da estrutura da posse de escravos mais saliente do escravismo brasileiro. (MOTTA, NOZOE & COSTA, 2004, pp.209-210)

Na Tabela 7 apresentamos a composição dos plantéis de acordo com o gênero. Ao observarmos o movimento da razão de sexo encontrada nos inventários, identificamos um movimento decrescente destas nos médios plantéis, até 1846-1848, quando o número de escravas chegou a superar o número de homens. A razão voltou a ser favorável aos homens a partir de 1856-58. Assim, no primeiro período analisado, os escravos do sexo masculino compareceram com um peso relativo de 64,3% (razão igual a 180), enquanto no último esse valor caiu para 60,8% (razão igual a 163,6). Já os pequenos plantéis, mesmo revelando queda da razão de sexo entre os períodos extremos, apresentam um movimento mais errático, com uma queda na razão de sexo bem mais acentuada (de 166,7 para 84) entre 1816-1820 e 1886-1888. Nesse intervalo passa por uma ligeira ascensão em 1836-1839, voltando a valores equivalentes aos de 1826-1829 em 1846-1848.

Esperaríamos, no entanto, que a razão de sexo entre os escravos fosse diretamente proporcional ao tamanho do plantel – assim, ao observarmos as maiores faixas de posse de cativos, cresceria a quantidade de homens encontrada –, o que se justificaria pela possível atividade realizada nos fogos desses grandes escravistas, supostamente com um maior grau de mercantilização. Por outro lado, a elevada razão de sexo entre os cativos em pequenos plantéis pode estar indicando a sua grande dependência com relação ao tráfico, ao menos na primeira metade do Oitocentos. No entanto, as razões de sexo encontradas na tabela acima não nos permitem identificar nenhuma tendência nítida com relação ao tamanho do plantel em algum determinado momento e, principalmente, ao longo do tempo. Em 1826-29, por exemplo, os grandes plantéis (11 a 20 escravos) chegaram a apresentar razão de sexo favorável às mulheres (90,9) e em 1846-1848 enquanto nos pequenos plantéis a razão de masculinidade foi favorável aos homens, as proporções calculadas para os plantéis de 11 a 20 e acima de 20 escravos foram, respectivamente, 107,7 e 104,9, ou seja, tendendo a um equilíbrio entre os sexos.

Tabela 7
Razão de sexo de acordo com faixas de tamanho de plantel

	FTP			
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	Acima de 20
1816-1820	166,7	180	133,3	135,7
1826-1829	131,6	150	90,9	188,9
1836-1839	150	130	109,5	130,8
1846-1848	131	93,5	107,7	104,9
1856-1858	116,7	120	130,4	129,6
1866-1868	119,2	114,8	146,4	151,6
1876-1878	137	111,8	75	-
1886-1888	84	163,6	62,5	100
1832	138,2	175,4	132,6	157

Parece-nos, então, que as regras de formação dos grandes plantéis, em que as atividades econômicas condicionaram a predominância masculina, eram seguidas em certa medida também pelos pequenos e médios escravistas araxaenses. Um componente claro da formação dessa população cativa seria a importância assumida pelo tráfico, uma vez que razões de sexo desequilibradas sugerem a presença de movimentos populacionais em período recente.

De fato, a importância do tráfico na localidade já havia sido notada anteriormente. E se verificamos a origem dos cativos nesses pequenos e médios plantéis, mostrada na Tabela 8 para 1831-1832, constatamos que 39,6% dos escravos vivendo em domicílios com até 10 cativos eram de origem africana. A presença de africanos era ainda mais marcante nos plantéis típicos, de 1 elemento: 49,2%.¹²

¹² Se os pretos entrassem nos cálculos como africanos o percentual seria ainda maior, atingindo, respectivamente, para cada tamanho de plantel considerado: 55,7%; 48%; 50%; 40,8%; 46,3%; 50%; 58,6%; 34,7%; 34,7% e 58%.

Tabela 8
Distribuição dos escravos de acordo com a origem

Plantel	Africanos (%)	Brasileiros (%)	Total (%)
1	49,2	50,8	100
2	38,4	61,6	100
3	40,9	59,1	100
4	34,8	65,2	100
5	40,7	59,3	100
1 a 5	40,5	59,5	100
6	44,6	55,4	100
7	46,3	53,7	100
8	28,8	71,2	100
9	28,8	71,2	100
10	50	50	100
6 a 10	38,6	61,4	100
Total	39,6	60,4	100

Em geral, o tráfico está associado a atividades que usam intensamente o trabalho escravo. No entanto, em Araxá, é possível que a situação se apresente de uma outra forma. A lida com o gado, por exemplo, é uma atividade pouco intensiva em mão-de-obra, ainda que geralmente tarefa masculina. Comprar escravos poderia estar relacionado à ação conjunta de necessidades econômicas e demandas sociais. Uma parte dos escravos adquiridos seria destinada às atividades agropecuárias da localidade e outra atenderia a tipos distintos de atividades, como serviços pessoais, por exemplo.

O tipo de atividade exercida pelos proprietários de poucos escravos (Tabela 9) é em parte esclarecedor. Entre outros havia lavradores, negociantes, boticário, cirurgião, oficial de justiça e ainda os ocupados em atividades artesanais e manufatureiras (costureira, rendeira, sapateiro, padeiro, carpinteiro, etc.), ou seja, representantes de vários segmentos sociais. Infelizmente a estrutura ocupacional encontrada na lista nominativa não permite uma classificação sócio-econômica hierarquizada das pessoas em diferentes atividades, mas reafirma as possibilidades abertas pelas atividades de subsistência, grande empregadora de mão-de-obra, livre ou escrava. Um elemento pode ser aqui ressaltado: os escravos adquiridos pelos pequenos proprietários possivelmente objetivavam complementar a mão-de-obra doméstica.

Assim, em 1832 o carpinteiro Joze Pereira Bomjardim de 50 anos, casado com Anna, vivia em companhia de seus 3 filhos de 11, 15 e 20 anos e contava com o trabalho de 1 escrava e 4 escravos, com idades entre 13 e 50 anos. No mesmo ano encontramos o negociante Elias da Silva Pas, casado e com uma filha de 6 anos que possuía um escravo por nome Antonio, com 20 anos de idade. De uma maneira geral, possivelmente nas atividades artesanais os escravos poderiam estar ligados à própria produção; no comércio urbano, poderiam ser utilizados em diversos tipos de atividades como carregamento de mercadorias ou atendimento nas lojas.

Tabela 9
Tamanho do plantel e ocupação dos chefes de domicílio

Plantel	Ocupações dos chefes de fogo
1	lavrador, caldeireiro, costureira, chapeleiro, oficial de justiça, negociante, taberneiro, carreiro, jornaleiro
2	lavrador, fiadeira, rendeira, alfaiate, tabelião, cirurgião, boticário, professor, negociante, caixeiro
3	lavrador, carpinteiro, alfaiate, negociante
4	lavrador, seleiro, sapateiro, negociante
5	lavrador, criador, boiadero, ferreiro, carpinteiro, curtidor negociante
6	lavrador, negociante
7	lavrador, carpinteiro, padeiro, negociante
8	lavrador, negociante
9	lavrador, carpinteiro
10	lavrador, negociante

Nas atividades rurais, o número de escravos deveria manter estreita relação com as finalidades da produção, daí encontrarmos lavradores com 1, 2, 10 escravos. Afinal, podemos considerar, como temos feito até agora, que um plantel de menor vulto possuía maior tendência a dedicar-se a produtos de subsistência uma vez que a mão-de-obra passa a ser fator determinante na produção na medida em que era reduzida a presença de maquinários e ferramentas mecanizadas.

Por outro lado é possível imaginar que a opção pelo sexo dos escravos estava sendo dada pelo lado da oferta e não da demanda. Uma vez que tivessem que recorrer ao mercado para adquirir escravos, dada a importância do tráfico já bastante ressaltada, os araxaenses acabariam comprando mais homens na medida em que era esse o perfil dos escravos traficados.

De fato, ao atentarmos para a tabela 9, percebemos que entre os proprietários de pequenos e médios plantéis existe uma variada gama de atividades anotadas na lista nominativa. Desta maneira podemos supor que as escravas seriam bem-vindas, sendo a mulher bastante versátil, podendo trabalhar em atividades ligadas ao universo feminino, como a costura ou ainda ajudar no trabalho mais pesado da lavoura. Porém, a elevada presença dos cativos vindos da África, cujas características marcavam-se por um elevado contingente masculino em idade produtiva, condicionava uma razão de sexo favorável aos homens, que independia do tamanho do plantel. A possibilidade de crescimento vegetativo da escravaria araxaense também foi observada, porém não foi suficiente para manter a equilíbrio entre os sexos.

Considerações Finais

Ao longo desse trabalho observamos alguns elementos da posse de cativos e da demografia escrava na localidade de Araxá, relevante partícipe da economia mineira no Oitocentos. A posse de cativos (estudada através do estabelecimento de faixas de tamanho de plantéis e estatísticas de posição e concentração) foi verificada em grande parcela dos domicílios recenseados em 1831-32 e dos inventários consultados. O padrão de posse de escravos em Araxá era semelhante ao encontrado para outras localidades e/ou momentos do tempo, em especial, com relação à ampla predominância de proprietários de pequenos e médios plantéis. Dados sobre a origem dos cativos, simplificados nas categorias brasileiros e africanos, mostraram que em Araxá, os plantéis cativos eram formados majoritariamente por escravos aqui nascidos. Ainda que superados numericamente pelos brasileiros, os escravos africanos mantiveram participação bastante significativa na composição da escravaria araxaense. Assim, propusemos que em Araxá o tráfico internacional tenha exercido uma influência significativa (ainda que não constante). Corroboram tal expectativa as razões de sexo: verificamos desequilíbrio entre os sexos dos cativos em favor dos homens – maior contingente cativo do sexo masculino foi característica essencial assumida pelo tráfico –, encontrado em áreas onde a produção era destinada à exportação, ainda que em Araxá nitidamente não tenha se desenvolvido esse tipo de atividade. A ação de adquirir cativos poderia estar, então, relacionada às necessidades econômicas e demandas sociais e o elevado peso do elemento masculino em "idade produtiva" – a análise da estrutura etária apontou para uma maior presença de pessoas nas faixas etárias nas quais os escravos são considerados bastante produtivos, 15 a 44 anos – era decorrente mais da grande presença de elementos africanos, que assumem as características do tráfico, do que da demanda das atividades locais. A possibilidade de reprodução natural foi também levantada pois observamos considerável porcentual de crianças e mulheres em idade fértil e significativos valores para razão criança/mulher, e parece ter estado presente na localidade, ajudando na manutenção e/ou ampliação da escravaria local.

Bibliografia

- BERGAD, Laird W. *Depois do boom: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808*. Estudos Econômicos 24 (3): 495-525, set./dez. 1994.
- BERGAD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720 – 1888*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-UNICAMP 10, out. 1983.
- DEAN, Warren. Comments on "Slavery in a nonexport economy"(II). *Hispanic American Historical Review* 63(3), 1983, p.582-584.
- ENGERMAN, Stanley & GENOVESE, Eugene D. Comments on "Slavery in a nonexport economy"(III). *Hispanic American Historical Review* 63(3), 1983, p.585-590.
- FCCB. *O Trem da História*. Boletim informativo. Araxá. Diversos Números.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Nacional, 1998
- KILEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos* 17 (2): 129-149, mai./ago. 1987.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX* São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUNA, Francisco V. & COSTA, Iraci del N. da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos* 13 (1): 211-221, janeiro/abril 1983.
- LUNA, Francisco V. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). *Estudos Econômicos* 22 (3): 443-483, set./dez. 1992.

- MARCONDES, Renato Leite & GARAVAZO, Juliana. A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875). *Anais XIII Encontro da ABEP*. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais – Brasil*. Tese de doutorado, Nashville, Vanderbilt University, 1980.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos* 13 (1): 181-209, jan./abr. 1983.
- MARTINS, Roberto B. Martins & MARTINS FILHO, Amilcar. Slavery in a nonexport economy: Nineteenth century - Minas Gerais. *Hispanic American Historical Review* 63 (3), 1983, p. 537-568
- MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR, 1994. (Texto para discussão; 70).
- MOTTA, José Flávio, NOZOE, Nelson & COSTA, Iraci del N. da. Às vésperas da abolição – um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. *Estudos Econômicos* 34: 157-213, jan./mar. 2004.
- PAIVA, Clotilde Andrade & KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Estudos Econômicos* 22 (1): 129-151, jan./abr. 1992.
- PAIVA, Clotilde Andrade & LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos* 25 (2): 203-233, maio/ago. 1995.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX. Tese de doutoramento*. FFLCH/USP, 1996.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. Araxás. In: *Diccionario Geográfico, Histórico e descriptivo do Império do Brazil*. Paris: Aillaud, 1845.
- SAINT-HILAIRE, A. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1975
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo: Editora Nacional/ Brasília: INL, 1977.
- SILVA, José Joaquim da Silva. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos* 18 (3): 449-495, set./dez. 1988.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.